

ESCOLA, EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Eduard Angelo Bendrath¹

RESUMO

O presente artigo procura fazer uma discussão do novo cenário educacional no Brasil, especificamente aquele voltado para o modelo de educação não-formal. É apresentado o contexto atual e indaga-se sobre a formação em Educação Física, que dentro da atual legislação do MEC não possui diretrizes para a formação profissional nesse segmento, criando uma confusão conceitual sobre a responsabilidade de atuação nos programas de educação não-formal, criando lacunas em um setor de importância não só para a educação física, mas como para a sociedade que se beneficia desse modelo educacional que cresce a cada ano.

Palavras-chave: Educação Não-Formal. Escola. Educação Física.

1 Coordenador do Curso de bacharelado em Educação Física e Líder do GEPEF (Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física), ambos na Faculdade de Tecnologia e Ciências de Vitória da Conquista, BA. Contato: bendrath@ig.com.br

Introdução

A Educação Física nas últimas décadas tem passado por uma enorme revolução conceitual a respeito de suas teorias e de suas formas de atuação. De uma formação centrada para a atuação no cenário escolar, ela passou a formar profissionais aptos a atuarem em áreas específicas da saúde pública com grande enfoque na perspectiva e promoção da saúde, da mesma maneira os campos de atuação profissional se expandiram atingindo setores que até então não eram ocupados por esses profissionais.

O profissional de Educação Física hoje atua nas escolas, nas academias, nos clubes, nas clínicas de saúde, nas empresas, nos spas e em vários outros setores que englobam ações voltadas para a educação em saúde.

Um dos campos abertos para esse profissional está diretamente relacionado ao terceiro setor², as Organizações Não-Governamentais (ONGs), que cada vez mais trabalham o lado do lúdico, do esporte de inclusão e da atividade física como forma de modificação da realidade cruel em que muitos brasileiros estão submetidos, nesse

caso, em comunidades localizadas em setores de vulnerabilidade social das grandes cidades metropolitanas. Porém a formação do profissional de Educação Física para atuar nesse seguimento encontra-se limitada e distante, tendo em vista os atuais modelos que se fragmentam em educação física escolar, a licenciatura, com enfoque de formação nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da Educação Física, e o bacharelado, com ênfase na promoção de saúde, no treinamento desportivo, na performance humana, não havendo portanto, uma discussão dentro dessa nova perspectiva educacional que envolve aspectos de ambas as formações.

Para Daolio (2004) o discurso presente entre os interlocutores da educação física - nos seus variados âmbitos e nas suas especificidades de atuação - seria o discurso da diferença, pautado em uma prática que considere sempre a diferença. A diferença no propósito da formação fragiliza a profissão e permite que esse espaço seja ocupado por profissionais de outros segmentos.

Para contextualizar esse objeto de estudo, esse artigo tentará apresentar algumas questões sobre a Educação Não-Formal no Brasil,

2 Considero como Terceiro Setor neste trabalho organizações privadas de utilidade pública, que através de uma junção público-privado objetivam suprir as deficiências do Estado em áreas de cunho social.

suas formas de atuação e o envolvimento dos profissionais, para depois discutir o papel do profissional de Educação Física nesse setor e como a formação acadêmica é frágil e abre espaço para a atuação de outros agentes sociais nesse campo em grande expansão.

A escola e a educação não formal no Brasil: algumas considerações

O processo educativo no Brasil vem sofrendo muitas alterações impulsionadas pela democratização do acesso e pela busca da qualidade como fator primordial. Com uma mudança considerável nos padrões econômicos e sociais em decorrência do crescimento nacional, a educação como fator de condição humana imprescindível ao desenvolvimento, estabeleceu novos padrões de atuação frente às novas demandas e exigências da sociedade e do mercado. Uma dessas modalidades, a educação não formal, teve grande expansão na última década principalmente impulsionada pela ação das Organizações Não Governamentais (ONGs).

Para Gohn (2006), a educação pode ser dividida entre os modelos Formal, Informal e Não-Formal. Segundo a autora, constantemente

a educação não-formal é confundida tanto com os modelos formais, quanto os informais, justamente por ser um campo novo e ainda em expansão que merece mais estudos e formação específica dos profissionais que nela atuarão. Podemos definir os três tipos de educação como sendo:

[...] a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. (GOHN, 2006, p.28)

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a Educação Não-Formal é caracterizada como atividade ou programa organizado fora do sistema regular de ensino, com objetivos educacionais bem definidos, não estabelecendo seqüência gradual, não levando a graus ou títulos e não se subordinando às normas e diretrizes

estabelecidas pelo governo. Sua caracterização é marcada pela flexibilidade e ligação complementar ao sistema formal de ensino.

Por sua própria definição, a educação não-formal se fortaleceu através do terceiro setor via organizações não governamentais, como suporte à qualificação e compensação educacional a comunidades carentes. A Educação Não-Formal, se insere em um contexto amplo, tratando questões sociais, educacionais e de qualidade de vida, apoiada no discurso de grandes agências internacionais (FMI, BIRD, UNESCO) e organizações não-governamentais (ONGs) que vêem na educação o fator principal para a redução das desigualdades sociais e desenvolvimento de um país.

Os problemas decorrentes da globalização da economia e dos movimentos sociais foram aumentando e fortalecendo as criações de ONGs, as quais, atualmente, já são uma realidade no Brasil e no mundo. Nessa manifestação, a educação do aprendizado vai abrindo horizontes e acaba servindo de escada para o cidadão galgar degraus no trabalho e ter uma visão de mundo ampliada pelos conhecimentos adquiridos na Educação não-formal. (LIMA, DIAS, 2008, p.161)

Com a mudança nos padrões educacionais frente à avalanche da globalização e a influência de organismos internacionais a escola formal passou a ter um papel mais decisivo na formação não só do cidadão do futuro, mas também do capital humano. Nesse sentido a escola se transformou em espaço de paz, espaço de cidadania e espaço da comunidade, a escola educa e a escola forma para o mercado de trabalho, coube ao modelo não-formal a função de se adequar às lacunas existentes na educação formal.

É necessário esclarecer que o modelo de educação não-formal aqui explicitado, é pautado em propostas que consideram a escola como centro de referência, onde projetos são desenvolvidos em seu âmbito com temáticas específicas baseadas em necessidades e interesses locais. A gestão desses modelos propõe a integração e o rompimento de barreiras e o trabalho coletivo em prol das comunidades. A disseminação de tal modalidade vem se expandindo nos últimos anos principalmente apoiados por iniciativas da UNESCO, que observa em tais modelos uma oportunidade de estabelecer um vínculo concreto entre escola e comunidade, além de um trabalho diferenciado no auxílio à melhoria da qualidade de ensino. Atualmente o modelo de educação não-formal da UNESCO apoiado

nas bases de seu projeto “Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz”, está em execução em alguns estados brasileiros e tem como iniciativas ações educativas no âmbito não-formal com foco em atividades de esporte, cultura e qualificação profissional.

Mesmo assim, com várias perspectivas para a escola pública, o que se percebe é que ainda estamos presos a um modelo educacional baseado nas ideologias desenvolvimentistas, que supõe um sistema produtivo como eixo central da sociedade e suas relações sociais (TARDIF, LESSARD, 2005, p.16). Considerando tal afirmativa de Tardif e Lessard, compreendemos o papel docente como base da sociedade, mesmo que sua produtividade possa ser questionada, da mesma maneira em que percebemos as mudanças nos conceitos educacionais como fatores inerentes às adequações necessárias ao suprimento de capital humano dentro deste sistema produtivo.

Assim uma das tentativas de mudança apóia-se no modelo de Educação Não-Formal, onde sua fundamentação é pautada nas bases da ampliação e acesso democratizado da escola, sua dimensão política perpassa os limites de uma educação rígida e burocratizada, sistematizada em seriações e faixas etárias, e origina-se nos problemas

localizados ou em situações específicas de uma determinada comunidade. Alguns modelos de educação não-formal possuem base e reflexo considerável em termos de resultados promissores, Di Giorgi (2001, p.134) já relatava alguns exemplos bem sucedidos do que ele próprio chama de experiências artesanais de educação, que segundo o autor, obtêm freqüentemente resultados surpreendentes, não apenas no campo do conhecimento, mas da formação humana como um todo. Essa proposta vem sendo ampliada, por constituir uma importante alternativa de suporte ao modelo tradicional e representar melhoria nos aspectos de convívio comunitário.

Algumas iniciativas nesse sentido vêm demonstrando a considerável redução dos índices de violência no entorno escolar das escolas que se abrem para a comunidade e oferecem projetos sociais baseados nos modelos não-formais, onde oficinas de esportes e cultura direcionadas para as necessidades locais fortalecem o elo entre escola e comunidade.

Tedesco (1989) destaca a função da escola frente a evolução das relações sociais e em especial, as que afetam os jovens e dizem respeito a sua qualificação profissional, onde muitas vezes, direcionam as políticas compensatórias e que em alguns casos são transformadas

em programas de educação não-formal.

O problema do emprego aparece cada vez mais associado ao problema juvenil, uma vez que o desemprego, a subutilização de capacidades, a desvalorização dos estudos, afetam mais intensamente os jovens. Deste modo o problema da juventude converteu-se num problema social de grande magnitude, diante do qual o sistema educativo passou a cumprir uma nova função social. (TEDESCO, 1989, p.39)

Destacar a participação e o papel do professor nesse contexto é essencial para compreendermos o que possa vir a ser considerado sucesso ou fracasso. Não só de políticas públicas e gestão da educação se fazem propostas educacionais concretas e eficazes, e sim de professores. Ensinar é trabalhar com seres humanos, sobre seres humanos, para seres humanos. (TARDIF; LESSARD, 2005, p.31)

Porém, o alinhamento entre a Educação Formal e a Não-Formal coloca em xeque a escola e a capacidade organizacional e gerencial de seus representantes; a possibilidade de ligação entre tais propostas requer uma articulação entre as necessidades educacionais dentro das propostas curriculares

do ensino formal e as necessidades da comunidade escolar em um patamar de educação não-formal. Assim, não só de planejamento e gestão se constrói essa proposta, mas também de educadores qualificados e preparados para enfrentar a nova demanda e as novas exigências. Leite e Di Giorgi (2004, p.136) relatam que, temos, portanto, além de uma nova clientela, a necessidade de assumirmos novas características organizacionais e pedagógicas frente às atuais demandas oriundas do processo de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico. Com esse pensamento podemos compreender que compete à escola a adoção de uma política de ampliação de seus domínios, não se restringindo à transmissão de conteúdos pré-determinados, mas de mudança de suas características educacionais.

Mesmo com o debate educacional acerca do papel da escola e da educação no desenvolvimento social, tendo o que Singer (1996) classifica como visão produtivista, o posicionamento frente à formação do cidadão e do trabalhador fica evidente, e faz referência direta ao modelo neoliberal que estimula a competição e o livre acesso ao mercado. A escola nessa perspectiva fica condicionada às exigências desenvolvimentistas, da formação social e profissional, e ao professor

cabe a responsabilidade de assegurar as condições de igualdade de disputa ao formar alunos de condições sociais, raciais e familiares diferentes, para um sistema de competição desigual.

Modificar os conceitos e os pilares de séculos de um ensino tradicional alicerçado nos modelos de produção em larga escala, passando do modelo *Fordista* e sua produção em série para um modelo *Toyotista* com uma produção coletiva, ainda parece estar longe de suprir as necessidades e os anseios individuais. E com uma sociedade cada vez mais globalizada e com acesso rápido e imediato de informações, estamos submetidos a uma modificação dos padrões culturais que são muitas vezes estabelecidos pela mídia e o acesso ao mercado. O conhecimento hoje é o diferencial do amanhã, o que fortalece a necessidade de adequação da escola pública por uma educação voltada para a construção do indivíduo em sua essência plena, não ignorando fatores que lhe são fundamentais. Di Giorgi (2001, p.135) fortalece o discurso por um modelo educativo individualizado, como os que acontecem no Axé na Bahia e o Projeto Quixote em São Paulo, acreditando que tais iniciativas também possam ser aplicadas à escola. Essa proposta baseada na individualidade não nega o coletivo e segundo o autor passam necessariamente pela participação social.

O modelo não-formal percorre a idéia de ações voltadas para as necessidades locais, não perfazendo os caminhos de um individualismo, mas sim construindo elementos que favoreçam a individualidade e o trabalho coletivo. A esta educação não-formal cabe a responsabilidade de assegurar a participação coletiva sem distinção, de crianças e jovens, passando a adultos e idosos, apoiada na concepção de uma educação voltada para a inclusão.

[...] a escola deverá abrigar um amplo programa de educação de adultos. Este programa deverá ser não apenas uma oportunidade de suplência de conhecimentos não adquiridos na época adequada, de reciclagem profissional, ou mesmo de atualização cultural, mas de um espaço para repensar a vida. Esse programa não é importante apenas para os adultos que dele participam, mas deverá também ter o sentido de trazer para dentro da escola os problemas sentidos pela população ao seu entorno. É fundamental que haja formas de integração desse processo de educação de adultos com os espaços educativos voltados a crianças, adolescentes e jovens. (DI GIORGI, 2001, p.139)

As notas de Di Giorgi apontam para uma escola aberta à comunidade em uma perspectiva de educação diferenciada, que pode e muito, fortalecer as bases de uma educação de qualidade. As possibilidades de uma educação para todos, seja qual forma e modalidade, colaboram para o surgimento de novos projetos educativos. As bases que sustentam tais iniciativas devem surgir da prática pedagógica dos principais agentes envolvidos, os professores. Porém ainda é frequente que muitas dessas atividades sejam desenvolvidas por pessoas sem formação pedagógica.

Se as propostas de uma educação não-formal que possuem a escola como centro de referência, devem caminhar lado a lado com os anseios por uma educação de qualidade dentro de um mundo cada vez mais globalizado, devemos também focar a questão docente como requisito básico na implantação e gestão de tais propostas. Talvez um dos fatores que possam influenciar o modelo atual é o desprestígio da profissão docente perante outras atividades profissionais, caracterizando segundo Tardif e Lessard (2005), o ensino como uma ocupação secundária ou periférica. Dessa forma o avanço do voluntariado não qualificado na área da educação e educação física se expande na medida em que a massificação de

tal prática se consolida na mídia, ao tempo em que a exigência da sociedade perante a qualidade dos serviços não é considerada.

Se em um mundo globalizado as exigências em todos os setores produtivos se ampliam cada vez mais e a busca pela qualificação é parte inerente do processo de adaptação a essas exigências, porque temos na docência da educação não-formal uma posição contrária? Alavancando iniciativas que partem da premissa da “boa vontade”, do “ajudar”, tal qual a grande ênfase dada à captação de voluntários sem formação adequada para atuação no setor educacional, gerando um processo educativo baseado em conceitos dispersos e não fundamentados teórica e tecnicamente. Têm-se na educação não-formal uma possibilidade de auxílio à educação formal, essa base deve ser construída sobre pilares sólidos. É de responsabilidade da escola a educação que ela proporciona, seja em qual modalidade for.

Com a extensão do acesso à escola para a maioria da população e a diminuição dos postos de trabalho em virtude das novas tecnologias, atualmente a questão que está posta às pessoas não é mais se elas são ou não escolarizadas, mas sim se dominam ou não certos conhecimentos. Isso

mudou também o problema central da escola, que está se deparando com questionamentos a respeito da qualidade da experiência de aprendizagem que proporciona. (ALMEIDA, 1999, p.11)

Se a educação não-formal nos alicerces de sua concepção, tem por objetivo auxiliar o processo educativo como um todo, e trazer para si a responsabilidade de uma educação para a comunidade escolar, pais, alunos e funcionários, seu acesso democratizado deve abranger e garantir uma efetiva qualidade educacional dentro do objetivo proposto.

A formação em educação física frente à educação não formal

Com a expansão de propostas educacionais que englobam as mais diversas modalidades de ensino, pensar a educação a partir de um novo prisma é um desafio a ser encarado por um país que almeja uma posição de destaque no cenário internacional, e a atuação docente pode ser considerada o elo fundamental entre o sucesso e o fracasso. Projetos como Criança Esperança, Escola Aberta, Escola da Família, Segundo Tempo, Escolas de Paz, entre outros, possuem

grande foco nas ações esportivas como elemento de auxílio ao processo educacional formal e redução da marginalidade e criminalidade juvenil. Pensar o esporte, numa perspectiva inclusiva pode ser a base que sustenta toda uma estrutura que pode definir a vida de um jovem que transita entre a juventude sadia e o crime.

O esporte, assim como as atividades de lazer proporcionadas em projetos sócio-educativos, se enquadram como educação não-formal a medida que estabelecem um plano de ação e um objetivo pertinente, como diria Gohn (2006), são aprendizagens que estão gerando saberes. Porém a ação da construção dessa prática pedagógica, está inserida dentro de ações muitas vezes desconexa com a atividade docente, inseridas no campo da informalidade sob a manta justificadora da palavra voluntariado.

O serviço voluntário é estimulado por ONGs e outras organizações que trabalham projetos baseados na Educação Não-Formal como forma de gerenciar os recursos financeiros de forma mais eficiente, possibilitando o oferecimento de diversas atividades para comunidades carentes a partir de custos financeiros reduzidos. Muitas vezes o próprio Estado se vale dessa opção para

manter ativos seus projetos, é o caso do Programa Escola da Família³ do Estado de São Paulo, programa que abre as escolas aos finais de semana para as comunidades carentes, com o oferecimento de atividades nos eixos de Esporte, Saúde, Cultura e Trabalho, modelo desenvolvido a partir da Educação Não-Formal onde o serviço voluntário é estimulado em todas as áreas.

A ação do voluntário é de suma importância em determinadas situações, porém diferente da ação docente formalizada pelas determinações e diretrizes de uma formação acadêmica específica, a ação do voluntário, isenta de normativas, vale-se do construto da realidade e vivência social que o permeia para direcionar o seu ato, onde muitas ações desenvolvidas pelos voluntários não estão diretamente relacionadas com a sua formação. De acordo com o artigo 1º da Lei 9.608/98

Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

(BRASIL, Lei 9.608, de 18 Fevereiro de 1998)

Ressalta-se que a partir dos pressupostos que se baseia a Lei 9.608, isenta-se o voluntário da responsabilidade decorrente da prática profissional regulamentada. Assim, projetos e programas pautados no modelo de educação não-formal, em sua grande parte, desenvolvido por Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organismos Internacionais, acabam criando sistemas de captação de voluntários para os seus quadros com objetivo de ampliação de seus leques de atuação junto a suas populações-alvo, onde seus programas e projetos são desenvolvidos, reduzindo custos operacionais com a contratação de mão de obra qualificada.

A formação profissional para atuar em situações e localidades que exigem atenção especial, deve ser considerada fator primordial quando o foco está pautado na melhoria da qualidade de vida das comunidades beneficiadas pelos programas e projetos baseados nos modelos de Educação Não-Formal.

Com relação a Educação Física, a promulgação da Lei 9696/98 que regulamentou a profissão e instituiu a criação dos respectivos Conselho Federal e

3 Para maiores informações ver: www.escoladafamilia.sp.gov.br

Conselhos Regionais de Educação Física, trouxe novos debates em cena, e sob o palco do esquecimento, a Educação Não-Formal ficou em segundo plano, dando lugar a apenas a dois modelos formativos: bacharelado e licenciatura.

As Resoluções CNE/CP nº1/2002, 2/2002, 2/2004, 1/2005 CNE/CS nº7/2004 e 4/2009, derrubaram todos os modelos de formação superior em Educação Física até então vigentes, e instituíram novas diretrizes que fragmentaram a profissão em dois campos de atuação, a Licenciatura vertente com foco na educação básica, e o Bacharelado com uma formação voltada para todas as demais áreas de atuação com exceção do sistema formal de ensino. De acordo com o item 16 da nota técnica nº003/2010 do SESu/MEC, fica definido que “Com essa nova regulamentação o Licenciado em Educação Física está habilitado a atuar na docência em nível de Educação Básica e o Bacharel a atuar no ambiente não escolar”.

Reduzir a Educação Física ao simplismo da dualidade “atuar na escola” e “não atuar na escola” é desconsiderar todo um repertório de ações e conjuntos simbólicos que envolvem a prática profissional da área nos seus mais diversos campos, é desconsiderar toda uma história que traduz o conceito de educar, educar para a saúde, para

o movimento, para vida, é desconsiderar a evolução natural da sociedade que incrementa novos setores de atuação, novas possibilidades profissionais.

É dentro desse contexto que questiono: considerando as ações do terceiro setor (ONGs) e organismos internacionais como complementos as propostas do Estado em áreas como educação e saúde, qual o mais adequado modelo de formação profissional em Educação Física para atuar nessa área? Se levarmos em conta que o título de licenciado a partir da resolução CNE/CES 7/2004 habilita única e exclusivamente tal profissional a atuar na educação básica, baseando sua atuação docente nas concepções definidas nos PCNs, qual profissional estaria habilitado a trabalhar em programas e projetos baseados na Educação Não-Formal, tal quais os programas Escola da Família, Criança Esperança, Abrindo Espaços dentre outros, que a partir de um prisma sócio-educacional, trabalha o esporte, o lazer e a cultura como elementos essenciais da condição humana?

Não existe determinação específica legal sobre qual profissional de Educação Física estaria mais preparado para atuar na vertente da Educação Não-Formal, poderíamos pensar a graduação em Licenciatura como a melhor

opção, mas com foco exclusivo nos PCNs, a formação centrada nesse aspecto empobrece as demais possibilidades de atuação do professor nesse novo campo profissional. O resultado é a mescla total de áreas e confusão conceitual de profissionais, professores e leigos em projetos específicos de educação não-formal. Um exemplo bem claro disto é o Programa Segundo Tempo do Governo Federal⁴, que através da relação entre Escola e Esporte objetiva promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, como forma de cidadania e melhoria da qualidade de vida. A atuação de Profissionais Licenciados em Educação Física, Bacharéis em Educação Física, e leigos não é diferenciada no programa, pois a contratação de pessoal é realizada pelos municípios beneficiados, não havendo qualquer tipo de controle ou exigência legal de formação por parte do Governo Federal.

O crescimento exponencial de projetos e programas sociais, que possuem como referência a escola, abre novas possibilidades de atuação do profissional de Educação Física, que dentre outras competências, deveria ter formação para trabalhar a educação para a saúde, para o esporte e para o lazer, a partir de uma visão social, tais quais as previstas

por Delors (1996) através de uma educação ao longo da vida, ou em contraposição a tal proposta, uma educação emancipatória, tais quais a proposta por Mészáros (2007).

A formação superior em Educação Física ainda necessita ampliar o discurso sobre seus domínios, formas e locais de atuação, tendo como parâmetro a evolução da sociedade e as novas necessidades reais de um país em expansão, dentre eles o modelo de Educação Não-Formal e suas metas e objetivos específicos.

A escola dos dias atuais não é a mesma de trinta anos atrás, hoje ela é centro de referência para jovens e adultos, é ponto de encontro entre gerações, e o modelo formal de ensino, rígido e sistematizado é apenas mais um elemento dos vários domínios em que a “instituição escolar” oferece à população. Da mesma forma, pensar a formação do profissional de Educação Física licenciado, é abrir os horizontes para um modelo mais amplo com enfoque na formação social e diversidade cultural, e garantir ao mesmo tempo ao bacharel, o acesso básico a itens sócio-culturais em sua formação que lhe permita saber atuar dentro de contextos populacionais não convencionais e complexos.

4 Para maiores informações ver: <http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/default.jsp>

Considerações finais

Não existem garantias de que uma modificação dos padrões de formação acadêmica em Educação Física irá garantir a absorção desses profissionais em setores voltados para o prisma da Educação Não-Formal, em especial os impulsionados pelo terceiro setor, porém garante à sociedade profissionais mais preparados a atuarem em contextos diversificados.

A base de uma atuação profissional com vistas a propostas pedagógicas aliada ao conhecimento sobre promoção de saúde, torna esse Educador Físico o diferencial na sociedade atual. Se com a Regulamentação da Profissão através da Lei 9696/98 foi garantido ao profissional de Educação Física o seu campo específico de atuação, compete também a esse profissional zelar pelas ações decorrentes da prática esportiva, da orientação educacional em saúde, da recreação, do jogar, do brincar, nos campos da Educação Não-Formal e seus programas desenvolvidos em escolas, ONGs e associações.

A formação do cidadão do futuro, muitas vezes passa por elementos cruciais difundidos nos preceitos da Educação Não-Formal, a violência e a criminalidade podem ser combatidas através de programas esportivos complementares as ações da Educação Formal, programas esses desenvolvidos através do conceito de esporte solidário e não

competitivo. Oficinas de jogos e recreação podem integrar famílias: crianças, jovens, adultos e idosos para um bem comum, a união. Atividade física para grupos especiais pode criar hábitos e modificar o estilo de vida das comunidades, contribuindo para a conscientização e importância de uma vida saudável.

Todo o repertório de ações do Educador Físico deve-se apoiar nas teorias que fundamentam sua prática profissional, bem como sua adequação à realidade onde essa prática será executada, assim, uma formação com vistas as teorias de uma educação social pode auxiliar o futuro Educador Físico frente a nova demanda de ações da Educação Não-Formal.

Referências

- ALMEIDA, Maria Isabel de. **O sindicato como instância formadora dos professores: novas contribuições ao desenvolvimento profissional.** Tese Doutorado em Educação. FE/USP, São Paulo, 1999, Cap. 1 (p.10-53)
- BRASIL. **Lei 9696/98.** Dispõe sobre a regulamentação da Educação Física enquanto profissão. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9696.htm Acesso em: 21 Março de 2011
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP**

1, de 18 de Fevereiro de 2002.

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf Acesso em: 21 Março de 2011

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 2, de 19 de Fevereiro de 2002.**

Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf> Acesso em: 21 Março de 2011

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 2, de 27 de Agosto de 2004.**

Adia o prazo previsto no art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022004.pdf> Acesso em: 21 Março de 2011

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 1, de 17 de Novembro de 2005.**

Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_05.pdf Acesso em: 21 Março de 2011.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 7, de 31 Março de 2004.**

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Disponível em: <http://www.cref6.org.br/arquivos/leg16.pdf> Acesso em: 21 de Março de 2001

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 9, de 4 de Abril de 2009.**

Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces004_09.pdf Acesso em: 21 de Março de 2011

_____. Ministério da Educação. **Nota Técnica Nº 003/2010 - Cgoc/Desup/Sesu/MEC.**

Esclarecimentos acerca de cursos de Educação Física nos graus Bacharelado e Licenciatura.

- Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=491> Acesso em: 21 de Março de 2011.
- DAOLIO, Jocimar. **Educação Física e o conceito de Cultura**. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.
- DI GIORGI, Cristiano A. G. **Uma outra escola é possível**. Campinas: Mercado das Letras. Cap.4. 2001
- GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política**. 4.ed. São Paulo, Cortez. 2008
- _____. Educação Não-Formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**. Rio de Janeiro, V.14, n.50, jan/mar.2006, p.27-38
- LEITE, Yoshie Ussami Ferrari, DI GIORGI, Cristiano A. G. Saberes docentes de um novo tipo na formação profissional do professor: alguns apontamentos. **Revista Educação**. UFMS. 2004
- LIMA, Paulo Gomes, DIAS, Isabel de Carvalho Gonçalves de. Educação não-formal: um intertexto sobre sua caracterização. **Revista de Ciências da Educação**. Unisal. Ano X, Nº19 – 2º semestre/2008. 141-175p.
- MÉSZÁROS, Istvan. A Educação para Além do Capital. **Theomai Journal. Society and Development Studies**. Argentina, 2007, p.107-130
- SINGER, Paul. **Poder, política e educação**. ANPED. 1996. nº1
- TARDIF, Maurice, LESSARD, Claude. **O Trabalho Docente**. Elementos para uma Teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.
- TEDESCO, Juan Carlos. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Editora Autores Associados. 3ª Edição, 1989.

ABSTRACT

This article aims at discussing the new education patterns in Brazil, specially the one dedicated to non-formal education design. The current context of The Educations is shown by raising questions about the education in the field of Physical Education, within the current Brazilian Culture and Education Ministry (MEC) has no specific guidelines for professional education in this field, so that causes a conceptual confusion about the responsibility of non-formal education programs, that creates a gap in a important area not only for Physical Education, but also to the society who gets benefits from this kind of education which grows every year.

Keywords: Non-formal Education. School. Physical Education

Recebido: março/2011.

Aprovado: abril/2011.